

# Política

## Economia - M. M. U. Uma crise que não tem razões oficiais

O presidente João Figueiredo admitiu durante o programa "O Povo e o presidente" que o País está enfrentando "grave situação econômica". Justificou com essa informação e com seu mandato, que o manterá no Planalto pelos próximos dois anos, o adiamento da discussão sobre sucessão presidencial. Segundo o chefe do governo é impatriótico debater o assunto nestes dias.

O conceito de oportunidade enunciado pelo presidente da República está claramente ligado a sua necessidade de administrar o País ao largo das intrigas, maiores ou menores, que vão brotar do debate sobre a sucessão do presidente da República. Esse é um assunto que cheira a crise — sempre houve crise nas sucessões presidenciais, abertas ou fechadas — e, neste particular, o Brasil já vive uma crise séria e profunda, de caráter econômico-financeiro.

Além de reafirmar sua opinião no sentido de que o assunto sucessório é tema para debate posterior, o presidente da República fez, naquele programa, a primeira referência à sequência de negociações que técnicos brasileiros estão mantendo com funcionários do Fundo Monetário Internacional para obter o sagrado aval daquela instituição. Os ministros da área econômica encarregados da matéria têm-se mantido num mutismo insuperável e quando muito admitem conversar sobre o assunto manejando respostas evasivas.

Esse é o aspecto que mais chama a atenção de pernambuco às duas crises que se avizinharam no horizonte: a política, ligada ao problema sucessório, está sendo adiada para mais tarde, e a outra, econômica, não comporta mais adiamentos. Está aí e dentro em breve a sociedade brasileira vai conhecer a extensão real de suas dificuldades. Enquanto as negociações se processam, as pessoas estão sendo assaltadas por um sentimento próximo do pânico. Jornais e jornalistas estão sendo assediados por leitores interessados em saber, unicamente, o que está acontecendo. E o governo não explica.

Há alguns meses havia nas emissoras de televisão uma campanha publicitária destinada a levar o consumidor a poupar. Um filme mostrava um sócio do Barão do Rio Branco solicitando economia. Economia em tudo, na energia, no combustível, no gás, enfim economia global. Tempos depois esse mesmo Barão ressurge nos vídeos afirmando que a economia feita pelos brasileiros permitiu que o país ultrapassasse a crise. Descobre-se, agora, tar-

damente, que as economias nacionais resultaram em nada e que a campanha do Barão — preciosa no sentido de manter a emulação coletiva — não obteve qualquer efeito prático.

Neste confuso 1982, repleto de cenários de anticlimax, o brasileiro vive mais uma situação paradoxal. O País que ia muito bem até agosto e setembro, subitamente, descobriu-se falido, desprezado pela comunidade financeira internacional e na situação constrangedora de ser levado a aceitar recursos originários do tesouro norte-americano. Algo de muito sério aconteceu neste período para modificar em tamanha amplitude as diretrizes traçadas pela própria propaganda oficial.

Já se disse aqui, várias vezes, que os erros do passado serão objeto de estudos por historiadores. A questão que está em jogo é o presente e essa teimosa expectativa de um futuro menos suscetível aos sobressaltos da economia ou da política. E neste sentido o governo pouco tem feito para esclarecer a opinião pública a respeito da extensão das dificuldades brasileiras e dos caminhos escolhidos para superá-las.

Os técnicos do FMI estão vasculhando as contas nacionais, internas e externas, condição básica para a concessão do famoso aval. Depois de obtê-lo, os brasileiros pretendem se apresentar diante dos credores internacionais para renegociar a dívida. Essa operação poderá ter outro nome — ser chamada de reescalonamento, acomodação, mas significará apenas que o País endividou-se além de sua capacidade de pagar.

O Brasil já viveu crises semelhantes neste século e ao longo do Império. A do Império, vivida em torno de 1870, é mais significativa, porque naquela época um grupo de empresários nacionais havia conseguido implantar no País um significativo polo industrial. É a época de Mauá. A crise cambial daquele período liquidou com a indústria nacional e exterminou com o pioneirismo de Mauá. Ele produziu em 1875 notável documento, retrato das dificuldades do país periférico, que mais tarde tomou o nome de Autobiografia. É uma carta aos credores em que ele comunica sua insolvência. Mauá foi substituído em todas as suas atividades no Brasil por capitalistas ingleses.

Em 1929, a crise internacional produziu no Brasil a revolução do ano seguinte. O presidente da República sabe que a conjunção das duas crises pode resultar em algo de muito sério e trata de adiar uma delas. Mas, escamoteando a verdadeira extensão da crise, o governo não a soluciona e provoca o pânico na população que vivia numa ilha de prosperidade e passa a viver num país insolvente, sem conhecer os motivos desta reviravolta.

André Gustavo Stumpf